

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA LICITAÇÃO DO Governo do Estado do Rio de Janeiro - Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gas Natural S.A - Pré Sal - Petróleo S.A. - PPSA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

SUPER ESTÁGIOS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.320.576/0001-52, estabelecida na Praia do Flamengo, 66, Ed, Flamengo Park Tower, bloco b, sala 6, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, neste ato representada pela sua sócia e advogada, Poliana Modenesi Ferraz, brasileira, divorciada, inscrita na OAB-ES sob o nº 17.938, legalmente constituída na forma na forma dos seus atos constitutivos, atuando em causa própria, vem a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no **Artigo 41, § 1º e § 2º da Lei nº 8.666/1993 e item do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019**, interpor

<p><i>IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO</i></p>
--

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

DOS FATOS

Foi publicado o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2019 pelo **Governo do Estado do Rio de Janeiro - Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gas Natural S.A - Pré Sal - Petróleo S.A. - PPSA**, representado neste ato por seu Pregoeiro Oficial, com a realização do referido certame no dia **22/01/2019, às 10:00 horas**, tendo o respectivo Pregão o objeto Contratação de agente de integração para execução de Programa de Estágio de estudantes, envolvendo a realização dos Processos Seletivos de acordo com a necessidade da Administração Municipal, para estágios da Educação Superior e Técnica, conforme descrição, quantitativos e demais condições definidas no Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

Em leitura mais atenta ao edital em epígrafe observa-se que o valor estimado por item para a presente licitação não ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por ano e que não há nenhuma restrição quanto à participação de empresas de qualquer porte ou natureza jurídica.

DA ADMISSIBILIDADE

O Artigo 41 da Lei de Licitações – Lei nº 8.666/1993 prevê em seu § 1º o prazo legal para interposição da impugnação pelo licitante, in verbis:

“Artigo 41.

...

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 três dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.”

Acrescenta o Decreto 5.450/2005 em seu artigo 18:

“Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.”

Não resta qualquer dúvida que o Impugnante é parte legítima para apresentar a presente Impugnação, e o faz tempestivamente, devendo a presente ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja processada e julgada, produzindo seus efeitos para o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº **001/2019**.

De toda sorte, independentemente da análise da tempestividade da impugnação ao edital, seja ela sob qualquer dos aspectos aqui narrados, é dever do Administrador Público receber e conhecer dos termos dos pedidos apresentados contra o ato convocatório, se não pela tempestividade, mas pelo interesse público e em atenção, especialmente, ao Princípio da Moralidade Administrativa, até porque se revela surreal que um agente público se recuse a apreciar denúncias e impugnações a um edital de licitação, seja em que momento isso venha a ocorrer e, principalmente, quando há flagrante afronta a legislação pátria.

A existência de ilegalidades, caso realmente elas existam e não sejam analisadas em tempo hábil, fatalmente ensejarão no fracasso do certame licitatório nas suas fases sucessivas ou até mesmo no decorrer do contrato dela decorrente, fazendo com que o ente licitante não atinja seus objetivos. Por essas razões, é sempre preferível que a Administração Pública se esforce para assegurar a legalidade do certame licitatório, não ignorando evidentes falhas existentes no edital.

DO DIREITO

De plano, é imprescindível trazer a colação o preciso texto da Lei Complementar 123/2006, em seu art. 47 e art. 48, inciso I, valendo-se da mais simples exegese, não deixando dúvidas sobre o que deve ser considerado pela administração, como critério de participação de empresas em certames licitatórios como o que aqui se apresenta. Senão vejamos:

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

*I - deverá realizar processo licitatório destinado **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos **itens** de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);” (nosso grifo)*

Anteriormente à Lei Complementar 147 que alterou a Lei Complementar 123, a exclusividade nas licitações cujos itens são até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) era uma faculdade, concedendo a Administração discricionariedade em aplicá-la ou não.

Diante da nova redação, tornou-se um ato vinculado, ou seja, para cumprir o dispositivo legal supracitado a Administração Pública, **deve, é obrigada a** realizar licitação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte quando o valor do item licitado não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Resta claro e assentado na melhor Doutrina que Pelo inc. I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 a lei *manda* que a Administração realize licitações fechadas às Micros e Pequenas Empresas, ou seja, exclusiva para participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

Sendo o “DEVER/OBRIGAÇÃO” da Administração Pública aplicar o inc. I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, entendimento unânime entre os Tribunais de Contas, Judiciário e Juristas, não se faz necessário colacionar entendimentos de reforço a tese por não haver qualquer divergência na interpretação e aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, quanto a obrigatoriedade na exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações cujos valores dos itens não ultrapassem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Portanto, diante de todo o exposto, serve a presente para requer a Impugnação do **item 4** do Edital de Pregão Eletrônico nº **001/2019**, devendo ser corrigido e republicando o Edital, para a consecução dos seus objetivos.

DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer o conhecimento desta Impugnação, julgando-a totalmente procedente para retificar o edital de licitação de Pregão Eletrônico nº **001/2019**, incluindo a previsão de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte na forma do inc. I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e, em seguida, dar continuidade no procedimento licitatório,

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro / RJ, 16 de Janeiro de 2019.


SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP
Poliana Modenesi Ferraz